

Gazeta Mercantil

Leilão poderá ter poucas hidrelétricas

Rio, 8 de Junho de 2005 - Com a limitação do número de usinas, o país será obrigado a recorrer à geração térmica. Na corrida contra o tempo, o governo já cogita leiloar menos energia nova do que o esperado. Para colocar em licitação todas as 17 hidrelétricas planejadas, com geração de 2,7 mil, o Ministério de Minas e Energia corre o risco de ter que adiar o leilão, já que a proposta é aguardar as licenças ambientais prévias. Diante da escolha entre início imediato de investimentos e maior volume de MWs, a opção é ganhar tempo para evitar risco de racionamento em 2009.

"Se a obtenção de licenças prévias das 17 usinas não for viável, será feito um leilão com menos energia, o que é ruim para País", afirma o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, que alerta para o risco da necessidade de energia térmica. "Se a energia não for hidrelétrica, sobrarão menos tempo e aí terá de ser energia térmica, o que é mal para o ambiente, já que é mais poluente, e para o consumidor, que pagará mais", disse Kelman, após palestra na **Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE)**.

O executivo defende a centralização do licenciamento ambiental no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), pois a construção de usinas depende também de aval dos governos estaduais.

Carga tributária

A carga tributária em toda a cadeia do setor elétrico chega à metade do preço final, segundo estimativa de Kelman. Do total da conta de luz residencial, 34% são de encargos; 31% de custo com geração e 35% com distribuição e transmissão.

Mas os encargos principais, além do ICMS, subiram menos neste ano do que a média de reajuste das empresas que mexeram nas suas tarifas até então. Com média de aumento de 17,84% nas tarifas, as primeiras oito distribuidoras com aumentos autorizados sofreram mais pressão da geração, com alta de 15,5%. Custos com transmissão caíram 1,02%, enquanto gastos com distribuição (10,9%) e ICMS também ficaram abaixo da média de reajuste. O PIS/Cofins, destoou, com aumento de 92,92%.

O diretor da Aneel informou ainda que o ministério da Fazenda deve descontingenciar nos próximos dias mais R\$ 20 milhões do orçamento de R\$ 180 milhões de 2005. Em 2004, a agência teve o mesmo orçamento e terminou o ano com R\$ 40 milhões contingenciados.

(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 4)(Sabrina Lorenzi)